
A PRAÇA DO FERREIRA DE 1968

José Liberal de Castro

Tem-se como certa a remodelação da Praça do Ferreira, que a Prefeitura Municipal de Fortaleza executará em breve, atendendo a reclamos da população.

Numa cidade como a Fortaleza, onde sempre se cultivaram mitos, alguns deles imbuídos de bairrismo ingênuo e provinciano, parece até compreensível ter a atual aparência da Praça provocado as mais diferentes versões, visando a explicar o aspecto que lhe foi dado em 1968 pela gestão municipal José Walter Cavalcante.

Entre variadas versões, divulgou-se a atribuição do projeto de remodelação da Praça a professores da Escola de Arquitetura da Universidade Federal do Ceará, chegando-se inclusivamente a nominar os profissionais responsáveis pelo trabalho!

Essa inverdade deve provir de relatos ou opiniões mal entendidas, distorcidas ou ampliadas. Enfim, aquele velho hábito de que "quem conta um conto acrescenta um ponto"...

Neste depoimento, interessaria apenas reestabelecer a exatidão dos fatos, não se objetivando rastrear as origens do mito, como fez aquele major Gouveia, do conto machadiano que, em marcha inversa, conseguiu desmontar a ofensa assacada contra uma sobrinha sua (*).

(*) Numa roda, alguém declarava que a sobrinha do major Gouveia, noiva, havia fugido com um alferes. Presente à roda, mas desconhecido do mitômano, o major fê-lo dizer de quem ouvira a notícia e, em marcha inversa, conseguiu ir inquirindo os outros quatro componentes da cadeia de transmissão da ofensa. Ao fim, viu que tudo começara com suas próprias palavras, isto é, de que "seria capaz de castigar a sobrinha se ela, estando para casar, deitasse os olhos a algum alferes que passasse". (ASSIS, Machado de - "Quem conta um conto"... In: **Contos fluminenses**. Rio de Janeiro, W. M. Jackson, 1944, p. 55 - 83).

A atribuição, revestida de malícia ou de maldade, é fruto do mesmo ambiente urbano produtor de mitos, embora, em outros casos, sem conseqüências profissionalmente depreciativas. Pertencem ao ciclo de inverdades que transmutaram o Excelsior Hotel no "maior edifício de alvenaria do mundo" ou que fizeram da Rua Senador Pompeu "a mais longa do mundo"... Na Universidade, a Casa do Saber, espalhou-se a versão de que o **Campus** do Pici recebeu essa designação por herança de sigla americaná, em voga nos tempos da última Grande Guerra, embora se trate de topônimo secular, de origem indígena... Enquanto isto, por outro lado, os jornais agora se vêm referindo à inacabada e abandonada "Ponte dos Ingleses", na Praia de Iracema, como "Ponte Metálica", na verdade uma das primeiras grandes obras de concreto armado realizadas no Ceará! E mais: ultimamente, o próprio órgão oficial encarregado de analisar a balneabilidade e de proceder ao controle ambiental das praias da cidade emite seus boletins denominando a nossa Praia dos Arpoadores, no plural, como "Praia do Arpoador", no singular, por mera imitação de denominação carioca...

Assim, a atribuição do projeto da Praça do Ferreira à Escola de Arquitetura não passa de mais de um desses absurdos, por certo decorrente do fato de que a divulgação insistente de uma mentira acaba por lhe dar foros de verdade.

Alguns episódios devem, pois, ser explicitados, em busca de melhor esclarecer o assunto, repondo-o na versão verdadeira dos acontecimentos.

No começo e em meados da década de 50, era bastante reduzido o número de arquitetos diplomados em ação na cidade. Mal chegavam a uma dezena, todos retornados à terra natal na ocasião, após longa ausência. Não voltavam por força de razões econômicas, pois viviam em terras de mercado profissional mais dinâmico. Uns regressavam por saudades, outros, por se suporem ser mais úteis aqui do que lá fora. Contudo, todos estavam certos de que a criação da Universidade traria mudanças básicas às velhas estruturas, transformando o Ceará.

Em abril de 1957, esse pequeno grupo de arquitetos instalava a seção local cearense do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB/CE), entidade de congregação nacional dos arquitetos brasileiros, fundada em 1921.

A abertura da Escola de Arquitetura da Universidade Federal do Ceará, em 1965, constituiu o marco consolidador das atividades profissionais dos arquitetos cearenses. A Escola logo se tornou efervescente fórum de debates, frequentada por pessoas dos mais diferentes direcionamentos culturais, transformando-se em um dos mais significativos momentos da vida intelectual do Ceará.

Um pouco antes, em 1962, em face da ameaça de descaracterização do Palácio da Luz, aliás consumada pela parcial demolição do edifício a tratores, levada a cabo pelo governo estadual, a seção cearense do Instituto de Arquitetos do Brasil protestou contra a decisão. Naquele instante, recebeu apoio apenas do Clube de Engenharia, então presidido pelo engenheiro José Walter Cavalcante.

Desse modo, como se pode presumir, nada mais natural do que a presença do então prefeito da cidade, o professor e engenheiro José Walter Cavalcante no pátio da jovem Escola de Arquitetura. Para tanto, bastava-lhe deslocar-se da vizinha Escola de Engenharia, onde lecionava, a fim de prosseguir o relacionamento com os arquitetos, iniciado quando da semidestruição do Palácio da Luz.

Nomeado prefeito da cidade, o engenheiro José Walter Cavalcante encontrou os setores de planejamento físico da municipalidade praticamente desprovidos de quadros técnicos em condições de projetar as obras que tinha em vista. Na ocasião, já funcionava a Superintendência Municipal de Viação e Obras, a SUMOV, criada na gestão Murillo Borges, muito bem organizada para a execução, mas não preparada para a elaboração de projetos urbanos. Neste setor, a Prefeitura se ressentia de gente especializada, pelo menos à altura de atender às pretensões do administrador municipal.

Pouco tempo depois, o prefeito solicitava ajuda da Escola de Arquitetura para a consecução dos seus planos. Em princípio, o pedido foi visto com bons olhos, pois permitia passar-se do ensino à prática, embora tendo de enfrentar uma escala ampliada e muito complexa como é aquela da cena urbana. Todavia, surpreendentemente em oposto ao que se supunha, o gestor municipal não desejava um plano geral para a cidade, nem mesmo um projeto para intervenção na periferia do centro ou do centro como um todo. Decidira agir pontualmente, remodelando a Praça do Ferreira.

Após longas negociações e apesar do ponto de vista em contrário de alguns, o grupo acabou capitulando, sob os argumentos otimistas de que o projeto da Praça do Ferreira poderia abrir caminhos para estudos mutuamente correlacionados com os interesses gerais da ci-

dade e do ensino de arquitetura. "Minha Praça por um plano", exclamavam em tom galhofeiro os mais brincalhões, parodiando o "meu reino por um cavalo", do Ricardo III shakespeariano.

Empolgado com seus planos e operando à pressa, antes de estabelecer um cronograma para a execução do projeto e das obras, o prefeito fez imediatamente demolir a Coluna da Hora e o Abrigo Central, conseguindo habilmente dos antigos prefeitos Raimundo Girão e Acrísio Moreira da Rocha a aplicação das primeiras marretadas simbólicas de demolição daqueles marcos. Uma fotografia da Coleção Nirez, datada dessa ocasião e tomada do alto de um dos edifícios da face norte da Praça, mostra-a íntegra, com seus passeios, com suas árvores, com seus canteiros, entretanto, sem a Coluna da Hora e sem o Abrigo Central. Essa foto comprova documentalmente que a Escola de Arquitetura nunca teve qualquer ingerência na demolição daquelas obras. Na verdade, quando engenheiro José Walter Cavalcante dirigiu sua solicitação de ajuda à Escola, já ofereceu a Praça desligada de qualquer relação com o passado.

Aceita a incumbência, a Escola programou as pesquisas pertinentes. De imediato, ficou patente que, de uma área de dez mil metros quadrados, apenas dois mil serviam aos pedestres, incluindo-se neste último número as calçadas das ruas lindeiras!... O logradouro não condizia com a lembrança amável que os seus antigos frequentadores guardavam na memória. A rigor, tornara-se um verdadeiro pandemônio, com 150 "carros de praça" (não havia táxis na época) estacionados de qualquer modo, bastando dizer que o cruzamento da Rua Floriano Peixoto com Guilherme Rocha apresentava onze pontos de conflito!

Na pesquisa efetuada entre os frequentadores da Praça, a maioria dos entrevistados desejava a implantação de uma fonte luminosa bem como solicitava a retirada dos automóveis, por inviabilizarem o uso franco dos espaços. De seu lado, os intelectuais pediam um monumento ao Ferreira. Curiosamente, ninguém clamava contra a demolição da Coluna da Hora, talvez por estarem todos anestesiados pela sua recente eliminação, ou porque, possuindo a cidade ainda tantos testemunhos físicos do seu passado, a destruição de um deles não causava tanta celeuma, como ocorre agora.

Algumas opiniões correntes na Escola quanto à remodelação da Praça não coincidiam. Em consequência, o estudo não se desenvolvia com a rapidez esperada. No fim de contas, o serviço era gratuito e executado nas horas de folga de professores e alunos, tantas vezes à noite, com visível prejuízo para ambas as categorias. Muitas idéias fo-

ram lançadas no papel, mas assuntos tais como a fonte luminosa e o monumento ao Ferreira jamais chegaram sequer a ser discutidos de forma conceitual. Quanto ao Ferreira, dando razão a João Brígido, muitos reduziam a sua influência na forma física da cidade antiga, admitindo débitos maiores para com Paulet, para com o cordeador Simões de Faria e, principalmente, para com Adolfo Herbster.

Na ocasião, colaborava com a Escola um habilíssimo técnico, o Jair Quezado, que executava com espantosa perícia e incrível rapidez qualquer maquete, tomando como referência os mais sumários desenhos. Assim, a cada idéia surgida, a fim de registrá-la tridimensionalmente, era preparada uma pequena maquete. Como se tratava de um projeto coletivo, decidira-se empregar o método da superposição das várias propostas individuais, procurando-se extrair uma solução que representasse o pensamento da maioria.

Enquanto isso, preocupado com a opinião pública, o prefeito anunciava já contar com o projeto da “nova Praça”, embora nada dispusesse em definitivo. Nessa altura, fosse a fim de não mais poder recuar, fosse para dar idéia de que as obras iriam começar, mandou destruir o remanescente da Praça, transformando-a num montão de restos de demolição. Essa decisão marcou o início de preocupações desagradáveis para a Escola, prenunciando a deterioração dos entendimentos.

Numa tentativa de contornar a situação que não havia sido criada pela Escola, decidiu-se que uma das maquetas fosse apresentada como a do projeto definitivo. Com isso, o prefeito daria uma satisfação aos que o interrogavam, ao mesmo tempo em que a Escola passaria a desfrutar de calma para elaborar um projeto definitivo.

Na ocasião, houve porém um desentendimento técnico quanto ao sistema de circulação de veículos, allás, preconizado em todos os estudos realizados. Esse assunto, motivo do rompimento, pede melhores explicações, como se fará em seguida.

A Praça do Ferreira não passa de um logradouro relativamente pequeno, com uma área retangular demarcada por lados de 80 metros de largura e 130 metros de comprimento. A essa área, naquela oportunidade, veio a ser adicionado o pedaço de quadra vizinha, situado entre a Rua Guilherme Rocha e a Travessa Pará, pertencente à Prefeitura e outrora ocupado pela Intendência Municipal e por várias lojas, edificações posteriormente substituídas pelo Abrigo Central.

Para se fazer idéia da reduzida largura da Praça, em torno de 80 metros, deve ser lembrado que é inferior à de muitas avenidas centrais

de grandes cidades, tais como a Presidente Vargas, no Rio de Janeiro, a Avenida da Liberdade, em Lisboa, a Avenida 9 de Julho, em Buenos Aires, ou os Champs Élysées, em Paris...

Esse dado geométrico limitador fez com que um grupo de estudantes sugerisse a transformação do piso da Praça num vasto "calçadão", estendido entre a testada do Cinema São Luís e as das casas de tecidos da Rua Floriano Peixoto, a fim de se aproveitar toda a largura disponível. Em consequência, os veículos passariam a circular apenas nas cabecerias norte e sul da Praça, eliminando-se o tráfego parasitário que tanto perturbava a população. As pesquisas haviam verificado que muitas pessoas de posses se divertiam com seus automóveis, fazendo-os girar um interminável número de vezes em torno da Praça, usada como carrossel, principalmente depois das quatro horas da tarde.

Tendo concordado com a solução proposta para a circulação da Praça, infelizmente o prefeito não sustentou com clareza seu apoio à decisão quando o assunto se tornou público. Afastando-se inesperadamente de uma reunião na Associação Comercial, por força de uma viagem que teria de fazer a Manaus, o prefeito deixou o grupo entregue a opinião desencontrada de alguns comerciantes, incentivados pelos donos de uma farmácia já não existente na Praça. Não houve argumento lógico que demovesse aquele pequeno grupo de sua posição, expressa de modo arrogante, mesmo quando era demonstrado que, de modo geral, todos os estabelecimentos das duas faces da Praça tinham fundos correspondentes, portanto, com acesso direto a estacionamento de veículos junto do meio-fio das fachadas posteriores.

Diante de uma soma de problemas incontornáveis, sem compensação material, moral ou didática, professores e alunos reunidos decidiram desistir da empresa.

A fim de eximir a Escola de qualquer responsabilidade quanto ao futuro do logradouro, foi enviada uma carta ao prefeito, assinada pelo professor arquiteto José Neudson Bandeira Braga, então Diretor da Escola. A carta reconhecia a autoridade do prefeito para decidir o quanto se lhe afigurasse de interesse da cidade. Entretanto, solicitava "liberação dos entendimentos" assumidos pela Escola, ao mesmo tempo em que assinalava parecer ser "aconselhável minimizar o chamado 'problema da Praça', perfeitamente esquecível, se inserido na problemática geral da cidade". A carta foi transcrita na íntegra pelo jornal **O Povo**, com manchetes, na última página do 1º caderno da edição 68

ção sabatina de 14 de setembro de 1968. A publicação constituía uma espécie de agradecimento ao jornal, que sempre se mantivera ao lado da Escola, desde quando começaram a se manifestar os desentendimentos com a Municipalidade, tendo, na ocasião, dedicado um edital em defesa da equipe. Assumia, portanto, posição bem diversa do jornal **Gazeta de Notícias**, que vinha apreciando a matéria com explícita má vontade. O assunto se encerrou de modo cavalheiresco, permanecendo as relações com o engenheiro José Walter Cavalcante num plano absolutamente cordial.

Infelizmente, ao contrário do que se poderia esperar, após o desentendimento, o prefeito não devolveu a pequena maquete à Escola nem muito menos lavrou contrato com um profissional que pudesse apresentar projeto completo e novo. Transferiu a pequena maquete para a SUMOV, onde, tomada como ponto de referência, foi interpretada por terceiros, que se permitiram alterações e adições desfiguradoras.

Embora a carta enviada ao prefeito falasse em “anteprojeto da Praça”, o termo fora empregado para evitar maiores especulações. Na verdade, os desenhos, em quaisquer das versões estabelecidas, jamais passaram de “estudos preliminares”.

Para melhor compreensão do que significa a expressão “estudo preliminar”, deve ser dito que um projeto completo de arquitetura compreende inúmeras fases. Essas fases, concomitantemente ao avançarem, vão sendo submetidas a uma seleção das variantes, purificadas aos poucos, para finalmente prevalecer uma solução definitiva.

A primeira fase chama-se “estudo preliminar”, simples bosquejo de registro das várias idéias postas em prancheta. A segunda fase é o “anteprojeto”, quando começam a ser eliminadas e definidas as idéias norteadoras do futuro projeto, ainda representadas por desenhos de pequena escala. A terceira fase trata do “projeto”, propriamente dito, quer dizer, da solução final, cujas eventuais alterações não podem derogar as decisões básicas anteriormente assumidas. Modificações de aspecto localizado são ocasionalmente admissíveis na última fase, a do “projeto executivo e detalhamento”, na qual, cada elemento constituinte da futura obra é desenhado em escala adequada à execução.

As versões delineadas pela Escola de Arquitetura nunca passaram de “estudos preliminares”. Tanto assim que os poucos desenhos pertinentes se resumiram unicamente a croquis feitos a lápis, em papel manteiga, jamais tendo sido transcritos a tinta para substratos mais consistentes.

A propósito, diga-se que alguns membros da equipe desejavam elevar os pisos de canteiros à altura dos assentos dos bancos, tal como, aliás, havia sido feito nos jardins do pátio da Escola, implantados em área reduzidíssima e sem qualquer impedimento visual. Nas pesquisas, tinha sido notado que em certa hora da noite, ainda cedo, era comum pessoas galgarem o espaldar dos bancos e, agachados atrás deles, usarem os canteiros para satisfazer necessidades fisiológicas. Por tal razão, havia sido preconizado o levantamento dos pisos dos canteiros. Não entendendo o motivo da proposta e nem sabendo qual a altura preconizada, os técnicos da SUMOV estipularam-na por decisão própria. Como não percebiam que a Praça acusa um caimento pronunciado no sentido do mar (em torno de 1,75 m entre as faces norte e sul), ao tomarem os níveis dos canteiros, chegaram até a iniciá-los com alturas razoáveis, mas desastrosamente fizeram terminá-los com cotas bastante elevadas... Procede dessa falta de informação e de sensibilidade a altura dos "caixotões", interceptadores da continuidade espacial da Praça. Não contentes com esses disparates, no lugar onde provavelmente seria lançada a bacia da fonte luminosa e o monumento ao Ferreira, levantaram um gigantesco poste de iluminação central e edificaram uma espécie de mastaba sem sarcófagos, a chamada Galeria Antônio Bandeira, cuja demolição, por si só, conferiria à Praça outra dimensão espacial.

A arborização desordenada, a altura indiscriminada dos canteiros, a Galeria Antônio Bandeira e a iluminação central tiveram resultado catastrófico para a Praça, como se sabe.

Um estudante de arquitetura, mal informado, de modo algum cometeria tantos equívocos em uma só obra! Como então supor-se que profissionais com tirocínio incidissem em semelhantes dislates? Mesmo não se tivesse a Escola eximido de qualquer responsabilidade na elaboração do projeto da Praça em carta oficial enviada ao prefeito e trazido a público por meio da imprensa, ainda assim a honestidade de apreciação dos fatos e o bom senso jamais poderiam incentivar a divulgação de uma hipótese tão absurda.

Nos últimos vinte anos, a população fortalezense quase triplicou. Com o passar destas duas décadas, é de se presumir que nos dias atuais talvez uns setenta por cento dos habitantes sequer tenham chegado a conhecer a cidade de fins da década de sessenta! E mais: levando-se em conta as possibilidades de reativar lembranças da infância, seria lícito afirmar que pelo menos quatro entre cada cinco moradores da Fortaleza não fazem qualquer idéia de como era a Praça do

Ferreira em dias anteriores à administração José Walter Cavalcante. Muita gente, porém, hoje integrante das faixas etárias em minoria, não se dá conta daqueles índices demográficos...

A par dessas considerações, diga-se que já foram várias as Praças do Ferreira. Como reagiriam os membros da Padaria Espiritual, ressuscitados, se se defrontassem com os tantos posteriores agenciamentos físicos do logradouro? Sem dúvida, indicariam como "verdadeira" Praça do Ferreira aquela onde, há um século, fizeram realizar no demolido Café Java as primeiras reuniões da nossa mais famosa sociedade literária.

Felizmente, a Praça do Ferreira de 1968 será em breve remodelada. Agora, com projetos da autoria de antigos alunos da Escola de Arquitetura, que conheceram por vivência pessoal, como estudantes, os fatos aqui narrados. Enfim, toda essa celeuma inútil cairá no rol do esquecimento. Já estava em tempo.

Este depoimento me obriga a inserir um adendo pessoal. Antes de tudo, devo declarar que jamais lancei um risco sequer em inúmeras das versões dos estudos preliminares da Praça do Ferreira preparados pela Escola de Arquitetura. Nunca tive, portanto, a menor interferência na organização paisagística e ambiental do logradouro. Em outras circunstâncias, creio que minha palavra encerraria o assunto. Todavia, dada a maneira cavilosa como me têm envolvido no caso, algumas explicações se fazem necessárias.

Por ocasião do trabalho, eu andava às voltas com o atendimento a outra solicitação do prefeito, também feita à Escola, concernente a uma proposta de reorganização do trânsito na zona central da cidade. Fazia parte de uma comissão composta pelo professor arquiteto José Neudson Bandeira Braga e pelo engenheiro Luciano Ribeiro Pamplona Filho. Este último, então recém-diplomado, fora nosso aluno na Escola de Engenharia, quando lá lecionávamos. Neudson Braga e eu, antes da abertura da Escola de Arquitetura, e havia concluído um curso de especialização em trânsito. Findo o nosso trabalho, apresentamos um circunstanciado relatório ao prefeito, posteriormente publicado.

Muitas medidas preconizadas no relatório vieram a ser aplicadas pelo próprio Pamplona Filho, logo depois nomeado Diretor Técnico do Departamento Estadual de Trânsito. Outras, não executadas, perderam a razão de ser em face das mutações sofridas pela cidade.

As tarefas alusivas à análise do trânsito fortalezense nunca me impediram de acompanhar com interesse tudo o quanto na Escola se relacionasse com a Praça do Ferreira, fosse por exercício de cidadania, no sentido exato do vocábulo, fosse por solidariedade profissional, corporativa, se se quiser, para com meus colegas. Esse fato explica por que adquiri condições de preparar o presente depoimento e por que às vezes apareço em fotografias, publicadas sobre a matéria nos jornais da época, na companhia de meus colegas ou do prefeito, chegando em algumas oportunidades a externar minha opinião.

Independente do fato, como disse, de achar-me envolvido com problemas de trânsito da cidade, havia outras razões que de certo modo me impediam de participar diretamente do plano paisagístico da Praça. Andava eu então emaranhado em várias dúvidas relativas a determinados conceitos de filosofia da arquitetura. Essas dúvidas me inibiam fortemente quanto à validade de muitos (não todos) postulados do racionalismo arquitetônico, preocupado que estava com as novas linhas de pensamento trazidas a debate desde o X Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, o célebre X CIAM, realizado em Otterlo, na Holanda, em 1950.

Começando a me submeter a uma espécie de **brain storm**, da minha cabeça pouco ou nada saíria de objetivo em termos de proposições estéticas, quaisquer que fossem. Explica-se assim a razão por que eu havia optado por assunto rigorosamente técnico, como são as questões de trânsito, embora, na prática, acabem condicionadas por modos de comportamento social.

Entretanto, sem poder atinar o motivo, em várias ocasiões, tem meu nome aparecido em jornais como ligado ao **affaire** Praça do Ferreira, quando não, como responsável pelo próprio projeto! Afirmações desse jaez, sempre feitas de modo impessoal, tornam-se difíceis de ser rebatidas.

A autoria de uma obra de arte e, por extensão, de um projeto de arquitetura, somente pode ser comprovada por meio de recibo de pagamento alusivo ao trabalho, por meio da assinatura do artista (do projetista) no quadro, na escultura (ou nos desenhos do projeto) ou da assunção pessoal da responsabilidade de autoria da obra, hipótese esta última ainda contestável, pois pode tratar-se de falácia. No mais, seriam atribuições sem provas, até passíveis de questionamentos mais complicados.

Pelo menos em duas ocasiões tive conhecimento de imputações assinadas, em que meu nome era citado claramente. Talvez haja ou-

tras, mas desconheço-as.

Em carta publicada em jornal local (**O Povo**, 10.01.1990), uma pessoa afirma textualmente: "... a existência daquele cemitério surrealista se deve a dois catedráticos em Engenharia: o doutor José Walter Cavalcante e o arquiteto Liberal de Castro". A confusão feita entre engenharia e arquitetura já bastaria para não se dar importância à declaração, além de que, há muito, foram extintas as figuras dos catedráticos nas universidades brasileiras. Em prol da verdade, devo dizer que não sou "catedrático em Engenharia" mas arquiteto e professor titular do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará por concurso público de provas e títulos. Dirigindo-me por telefone ao acusador, a quem não conheço pessoalmente, acabou por me confessar haver-se expressado daquele modo reproduzindo o que tinha ouvido dizer... Enfim, coisas do "quem conta um conto"...

Recentemente, em matéria alusiva ao novo projeto da Praça do Ferreira, um velho amigo declarou ao jornal **O Povo** (06.07.1991) que "o anteprojeto (da Praça, executado na administração José Walter Cavalcante) foi da Escola de Arquitetura da UFC, com a colaboração de Jorge Neves e Liberal de Castro". Por motivos inexplicáveis, esse amigo tenta, há muito tempo e de modo quase obsessivo, incluir a Escola, cujo cotidiano desconhece, e o meu nome nos eventos da remodelação de 1968, embora eu lhe tenha por várias vezes oferecido a versão real dos fatos, inclusive cedendo-lhe cópia da transcrição, em jornal, da carta, já citada, que encerrou oficialmente o assunto. Externando meu profundo respeito por sua vida profícuca e longa, obrigo-me ao silêncio, não acrescentando comentários à sua declaração.

Aquelas imputações levianas a que me vinha referindo, podem até ser desculpadas, quando aceitas como forma inconsciente de comportamento social ou como decorrentes de reações psicológicas pessoais.

Geralmente, procedem de pessoas letradas e de idade mais avançada, integrantes de certos estratos sociais de classe média urbana, imbuídas de posturas estamentais, outrora portadoras de alto prestígio na vida da cidade. Em certo instante histórico, o comportamento e os pontos de vista defendidos por essas pessoas, então sistematicamente consultadas, constituíam orientação paradigmática. Em função do papel social desempenhado, sentiam-se "donas" da cidade, de sorte que os marcos urbanos onde haviam transcorrido os dias mais significativos de suas vidas acabaram por se lhes afigurar um bem pessoal intangível. Assim, mostram-se hoje inconformadas com as condições de degradação física e social da cidade. Torna-se conseqüente a maneira

como reagem, principalmente por observarem os fatos sob um prisma sentimental, sem conseguirem decodificar nem muito menos admitir as transformações. Desorientam-se diante da brutal realidade do presente, ao se defrontarem com os novos “donos” da cidade – os muito ricos, extravazando ostentação, inacessíveis, ou os muito pobres (ou, pelo menos, aparentemente pobres), sem hábitos urbanos, todos enfim, cada grupo a seu modo, açambarcadores e destruidores dos espaços da cidade.

Assim, impõe-se-lhes encontrar uma referência simbólica, um “bode expiatório”, sobre o qual possam descarregar suas desilusões e suas frustrações. Para tanto, costumam eleger um administrador público, um ricoço, um grupo lúmpen ou até um arquiteto. Neste último caso, com grande equívoco, já que se voltam contra um simples membro da classe média urbana e, como tal, sem poder, com seus escrúpulos, suas vacilações e suas idiossincrasias.